Recital
Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

REFLEXÃO SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC

Reflection on Program of Access to Technical Education and Employment – PRONATEC

Elias Rodrigues de Oliveira Filho
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG / Campus Arinos
elias.rodrigues@ifnmg.edu.br

Resumo

A educação profissionalizante gratuita é essencial para a sociedade que busca patamares mais elevados de desenvolvimento econômico e social. Em geral, os cursos profissionalizantes podem reduzir obstáculos na lógica do mundo do trabalho. No Brasil, com o intuito de ampliar a educação profissionalizante, o governo federal, em 2011, criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Neste contexto, este artigo tem por objetivo refletir sobre o Programa, para tanto, fez-se pesquisa bibliográfica. Os resultados apontam o PRONATEC como política educacional de inclusão social da classe de maior vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Educação profissional. Avanços. Tecnológico.

Abstract

Free vocational education is essential for a society that seeks higher levels of economic and social development. In general, vocational courses can reduce obstacles in the logic of the labor market. In Brazil, in order to expand vocational education, in 2011 the federal government created the National Program for Access to Technical Education and Employment (PRONATEC). In this context, this article aims to reflect on Program. For this purpose, a bibliographic research was carried out. The results point to PRONATEC as an educational policy for social inclusion of the most vulnerable class.

Keywords: Professional education. Advances. Technological.

Introdução

Em toda sociedade promover educação escolar e profissionalizante de qualidade resulta em desenvolvimento da criatividade, criticidade, dignidade, cidadania, avanços nas ciências, além capacitar profissionais que atenda a demanda do mercado. Para tanto é necessário investimentos financeiros, programas que incorpore teoria e prática. No caso das classes mais vulneráveis que seja dado condições de estudar e se profissionalizar.

Especificamente no Brasil, ao analisar a história da educação escolar e profissionalizante pode-se identificar que os investimentos oportunizaram avanços, mas existe muitas metas ainda não atingidas. Neste contexto, o governo federal através da Lei nº 12.513/2011 estabeleceu a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Diante do exposto, este estudo tem por objetivo refletir sobre o PRONATEC e o sistema de Monitoria e Avaliação, etapa elementar e fundamental na elaboração e execução de projetos e programas. O caminho metodológico consistiu em pesquisa bibliográfica. A partir dos resultados obtidos pode-se concluir que o PRONATEC favoreceu acesso a diversos cursos técnicos profissionalizantes, portanto representa avanço significativo de política pública educacional, no entanto, a redução de investimentos, as crises políticas e econômicas tem impactado de forma negativa no referido Programa.

1 Considerações sobre a Monitoria e Avaliação do PRONATEC

Conforme Cassiolato e Garcia (2015), o PRONATEC foi instituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, voltado prioritariamente para pessoas em situação de vulnerabilidade social. O objetivo central foi e continua sendo democratizar o acesso à EPT, através de diversos projetos e ações de assistência técnica e financeira, sendo portanto um projeto de inclusão social.

Quanto as atividades são desenvolvidas em unidades da Rede Federal de EPT; em instituições de educação profissional e tecnológica das redes estaduais, distrital e municipais, instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, desde que estejam habilitadas para a oferta de cursos técnicos de nível e as unidades do Sistema S.

Fazem parte do Sistema S, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Transporte (SEST), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Em relação ao sistema de Monitoria e Avaliação é "[...] um documento formal que contém um conjunto de metas, cronologicamente ordenadas para as atividades, resultados e objetivos que serão confrontados com as realizações no período" (BRASIL, 2007, p. 16). A Monitoria e Avaliação é fundamental, especialmente em programas educacionais, pois representa a base de

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 2, n. 2, mai./ago. 2020.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

toda a documentação oficial do programa/projeto, que fornecerá os subsídios para a tomada de decisões direcionadas ao controle de ações.

Um sistema de Monitoria e Avaliação, deve ser estruturado quanto à definição do objetivo, o público destinado e os recursos (de todos os tipos), necessários à sua implementação. Também depende do trabalho bem estabelecido e organizado de convencimento dos envolvidos em relação à necessidade de sua formulação e aplicação (BRASIL, 2007).

Assim, a elaboração de um plano de Monitoria e Avaliação na execução do controle de um programa ou projeto deve ser precedido de trabalho de sensibilização e conscientização em relação à sua importância, juntamente com trabalho de capacitação dos envolvidos no processo, a fim de que se tornem conscientes e aptos a fazer uso adequado dos instrumentos determinados.

A Monitoria e Avaliação do PRONATEC, portanto se configura em "[...] sistema integrado de informações usado no processo decisório de controle, a partir da avaliação de desempenho, de resultados, de benefícios e impactos entre o planejado e o executado no período" (BRASIL, 2007, p. 17).

Em relação ao acompanhamento, deve ater a observação e registro, permanente ou periodicamente definido, executado em todo ciclo de implementação, execução e gestão de determinada intervenção, evento isolado ou de uma série de eventos. O acompanhamento de um evento se processa ao longo de sua duração, tomando como finalidade o fornecimento de elementos e dados aos executores e gestores como parte do processo de Monitoria e Avaliação (BRASIL, 2007).

A monitoria funciona como instrumento de gestão cujo objetivo é fazer o acompanhamento sistematizado, contínuo e permanente de ações e cumprimento das metas propostas, tais como os avanços alcançados pelo projeto em determinado período. A monitoria disponibiliza mecanismos que possibilitam detectar os desvios entre o planejado e o executado ao longo da implantação do projeto ou programa, bem como pela documentação permanente e sistemática que exige ao longo do processo de implantação das ações (BRASIL, 2007).

A avaliação, por sua vez, trata de um processo, geralmente externo à gestão do programa ou projeto, devendo ocorrer em datas pré-determinadas e tomando como objetivo o questionamento da validade do projeto em função do alcance dos objetivos propostos, recursos investidos, impactos e benefícios que resultam das ações do projeto ou programa.

> A avaliação compara o planejado com o realizado na busca de desvios e do nível de gravidade ou ameaça desses desvios. É essa avaliação que vai determinar a necessidade ou não da adoção de medidas corretivas ou de medidas preventivas para se alcançar a realização do projeto (BRASIL, 2007, p. 19).

Para tratar de modelo de monitoramento e avaliação de programas públicos, como o PRONATEC, Ferreira *et al.* (2007), enfatizam o modelo lógico, cujo desenvolvimento se dá a fim de explicitar a teoria que envolve o programa, sendo um passo elementar na organização da etapa de avaliação. Particularmente, esse modelo pode ser utilizado como ferramenta para avaliar os programas antecipadamente, visando à melhoria geral da consistência do Plano Plurianual (PPA) e seu gerenciamento. Sobre o modelo, elucidam:

> O modelo lógico busca configurar um desenho do funcionamento do programa, que seja factível em certas circunstâncias esperadas, para resolver

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 2, n. 2, mai./ago. 2020.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

> os problemas identificados. Pode ser a base para um convincente relato do desempenho esperado, ressaltando onde está o problema objeto do programa e como este se qualifica para enfrentá-lo. Os elementos do modelo lógico são: recursos, operações/ações, produtos, resultados intermediários e finais, assim como as hipóteses que suportam essas relações e as influências das variáveis relevantes de contexto (FERREIRA *et al.*, 2007, p. 3).

Para Jannuzzi (2016), a avaliação de programas públicos de qualificação profissional requer um esforço metodológico significativo, demandando pesquisas distintas e estudos sobre públicos-alvo, processos operacionais e resultados. Esse é o caso do PRONATEC, especialmente na modalidade Bolsa Formação – Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que conta com o delineamento inovador em termos estratégicos de mobilização de públicos, definição de pauta municipal de cursos e também de cobertura territorial pelo país, o que demanda uma estratégia sistêmica de avaliação.

No entender de Jannuzzi (2016), o PRONATEC propõe que o egresso no curso aproveite a formação para trabalhar em alguma empresa, como servidor público ou no seu próprio negócio. Ao considerar esse plano de avaliação amplo para uma intervenção pública de tamanha complexidade, certamente o diagnóstico de públicos-alvo potenciais, análises institucionais sobre coordenação federativa e articulação setorial na implementação do programa em municípios, bem como avaliações de egressos participantes por meio da metodologia quase-experimental, se torna uma alternativa.

Nas palavras de Jannuzzi (2016, p.645):

> Também envolve a avaliação da efetividade das atividades de mobilização dos alunos, da extensão de cobertura territorial da oferta, do acesso efetivo dos públicos do BSM, da adequação da oferta diante das demandas de mercado de trabalho regional, da qualidade do material didático, do desempenho dos participantes e da satisfação na realização dos cursos. Trata-se, pois, de um bom exemplo de avaliação sistêmica.

O indivíduo da classe mais vulnerável com a formação técnico profissionalizante ao ingressar no mercado de trabalho pode contribuir diretamente na redução da pobreza. Jannuzzi (2016), ressalta que entre 2011 a 2016, foram realizados diversos estudos sobre a temática pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), resultando em produção significativa de evidências dos avanços do PRONATEC.

A fim de ilustrar alguns resultados dessas pesquisas, Jannuzzi (2016), faz compilação deles, não por serem os mais importantes ou adequados, mas devido ao fato da representação de algumas dimensões de avaliação em programas sociais, como: cobertura territorial, equidade de acesso, efetividade e outros.

Dessa forma, o autor sintetiza que o conjunto de pesquisas e indicadores – sobre cobertura, equidade de acesso, adequação da oferta, desempenho e impactos – ressalta a perspectiva sistêmica de avaliação realizada para o PRONATEC, acarretando parâmetros para avaliação mais ampla no sentido de entender a relevância social do programa.

Tendo em vista a dinâmica do ciclo de políticas públicas, em que as etapas de uma política são interdependentes e exercem influência uma sobre as outras, o sistema de monitoramento do

PRONATEC, ou seja, a Monitoria e a Avaliação do programa é um aspecto primordial para visualizar possíveis melhorias às fases de formulação e execução do programa. Portanto, é imprescindível que o sistema de monitoramento seja executado de forma completa e com requisitos minuciosos, a fim de fornecer um panorama amplo e concreto dos seus resultados e impactos.

Assim, como analisado no estudo de caso comparativo sobre a avaliação de políticas regionais do Brasil e da União Europeia, elaborado pela Diálogos Setoriais, para as avaliações terem um impacto sobre a política, "[...] dois requisitos são particularmente importantes: as avaliações têm de ser consideradas como sendo de boa qualidade e suas recomendações baseadas em evidências [...]" (DIALÓGOS SETORIAIS, 2012, p. 51). Neste sentido, pode-se considerar o sistema de avaliação do PRONATEC como bem estruturado, capaz de alterar o curso do programa.

No intuito de melhor avaliar os resultados do PRONATEC, foi estabelecido princípios, critérios e indicadores (Quadro 1).

Quadro 1 – Princípios do Sistema de Avaliação do PRONATEC

Princípios	Critérios	Indicadores
Eficiência	Cobertura territorial	Número de municípios brasileiros nos quais o PRONATEC foi implementado desde sua execução.
	Aderência cursos-mercado de trabalho	Porcentagem de municípios em que houve alta adesão entre os cursos oferecidos na localidade e as demandas de trabalho formal local.
Eficácia	Oferta de vagas	Número de vagas ofertadas pelo programa por ano.
	Oferta de vagas por camada social	Número de vagas ofertadas pelo programa por ano para grupos sociais vulneráveis, com inserção laboral mais difícil, como aqueles inscritos no Cadastro Único, beneficiários do Bolsa Família e mulheres.
	Conclusão e aprovação	Percentual de alunos que concluíram e/ou foram aprovados nos cursos em que estavam matriculados.
	Conclusão e aprovação por camada social	Percentual de alunos inscritos no Cadastro Único e beneficiários do Bolsa Família que concluíram e/ou foram aprovados nos cursos em que estavam matriculados.
Efetividade	Empregabilidade	Percentual de egressos e participantes do PRONATEC empregados formalmente. Comparativo entre o ingresso no programa e após o egresso.
	Empregabilidade por camada social	Percentual de egressos e participantes do PRONATEC, inscritos no Cadastro Único e beneficiários do Bolsa Família, empregados formalmente. Comparativo entre o ingresso no programa e após o egresso.
	Empregabilidade por região	Percentual de egressos e participantes do PRONATEC empregados formalmente nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.
	Empregabilidade por setor	Percentual de egressos e participantes do PRONATEC empregados formalmente nas diferentes áreas de formação.

Fonte: (BRASIL, 2014). Elaborado e organizado pelos autores (2018).

O sistema de avaliação do PRONATEC tem como princípios básicos a eficiência, eficácia e efetividade do programa. A eficiência diz respeito aos recursos e atividades do programa; a eficácia está ligada ao cumprimento de objetivos, bem como à cobertura de público-alvo e o

desempenho; e, por fim, a efetividade diz respeito aos resultados alcançados em termos de equidade social e impacto social mais amplo.

Para Kayano e Caldas (2002), os indicadores possibilitam o acompanhamento, por exemplo, de mudanças na qualidade de vida de determinada população em um período estipulado de tempo, entretanto, para além, permitem também o traçar de comparativos dentro de um mesmo período de tempo, considerando amostras populacionais distintas.

Cabe ressaltar que além dos critérios analisados quantitativamente pelo sistema de avaliação do PRONATEC, a SAGI promoveu, pesquisa qualitativa entre os egressos e desistentes dos cursos do PRONATEC, bem como com os representantes das unidades ofertantes e os interlocutores municipais, a fim de, incorporar a avaliação do programa e mensurar o que os números não apresentam.

Assim, por meio de entrevistas e grupos focais, distribuídos em alguns municípios, foram investigadas as experiências, motivações e trajetórias dos participantes, com o propósito de compreender os pontos positivos e negativos mais salientes e, dessa forma, contribuir para o ajuste do programa (BRASIL, 2014).

O PRONATEC, apresenta sistema de avaliação estruturado e capaz de apresentar panorama de implementação do programa bem próximo ao que vem sendo experienciado, principalmente em função dessa abordagem híbrida (quanti-quali).

Para Jannuzzi (2016), a avaliação e a monitoria de programas como o PRONATEC são importantes, pois, vão além da verificação sobre os êxitos ou não dos resultados, mas sim, por meio de avaliações sistêmicas. É possível ter acesso a uma narrativa mais ampla do processo complexo e a forma com que se deram seus desdobramentos ao longo do período. Assim, o autor aponta que se o PRONATEC não tivesse estratégias de ampliar-se pelo território,

> [...] não teria logrado alcançar os públicos mais vulneráveis da população brasileira, como mulheres e filhos jovens de famílias beneficiárias do Bolsa Família; como, até então, não haviam tido a oportunidade de realizar um curso de qualificação profissional, não surpreende o engajamento dos mesmos na conclusão e aprovação dos cursos, em nível um pouco acima da média [...] (JANNUZZI, 2016, p. 655).

Sendo assim, o autor acredita que a melhor forma de produzir e disponibilizar informações sobre programas sociais, nomeadamente sobre o PRONATEC, é por meio de abordagens sistêmicas de avaliação, com estudos abrangentes que permitam o aprimoramento das atividades do programa, no sentido de entregar o que promete e alcançar resultados. Ressalta que antes de tomar qualquer decisão relacionada a uma estratégia de política social, é preciso entender que ela foi criada para o atendimento de uma demanda social.

Considerando a tipologia de Políticas Públicas proposta por Theodore Lowi (2009), segundo o qual *policies* definem *politics*, ou seja, as políticas públicas delineiam o jogo político e, portanto, as arenas decisórias podem ser mais ou menos conflitivas, a abordagem sistêmica de avaliação do de um programa como o PRONATEC é fundamental.

De acordo com Lowi (2009), políticas situadas em arenas redistributivas de poder, onde há uma relação de transferência de renda e benefícios, geralmente se polarizam em dois lados a elite

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 2, n. 2, mai./ago. 2020.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

(fornecedora de renda) e a contra elite (demandante) e, nesse sentido, as coalizões políticas são mais coesas, permanentes e antagônicas uma em relação à outra.

O PRONATEC, pelo público alvo de beneficiários, pode ser enquadrado nessa arena distributiva, onde há preferência em atender populações mais pobres, em situações vulneráveis e sem grande perspectivas no mercado de trabalho. Assim, em conformidade com Jannuzzi (2016), considera-se necessário que o processo de avaliação de um programa como o PRONATEC, deve preconizar estudos de diferentes naturezas para comprovar a eficiência, eficácia e efetividade da sua implementação.

A avaliação de um programa dessa complexidade não deve se restringir a análise estritamente quantitativa, baseada em índices numéricos, em que se considera apenas a relação entre vagas ofertadas, ocupadas e a inserção de egressos no mercado de trabalho formal. E é dentro de uma abordagem sistêmica, que o PRONATEC tem sido avaliado.

A avaliação do programa tem mobilizado gestores da Assistência Social, Educação, Trabalho, Desenvolvimento Econômico e outros setores, a fim de construir amplo mapa que possa apresentar os benefícios e desafios de programa de alto investimento federal. No entanto, como se encontra dentro de arena redistributiva, permeada por conflitos de poder, é imprescindível aprofundar as diretrizes de avaliação do programa numa direção mais ampla do que a do trabalho, analisar os impactos na educação, economia e desenvolvimento humano.

Mesmo que os resultados adicionais não sejam objeto direto do processo de Monitoria e Avaliação do programa, o reconhecimento é indispensável para fortalecer e manter a implementação de política redistributiva. Essa é uma das avaliações mais difíceis, pois o impacto de uma política dessa dimensão e profundidade nem sempre são visíveis e mensuráveis, constituindo, portanto, desafio à avaliação de um programa de grande dimensão importância e investimento.

Assim, é imprescindível reforçar as afirmações de Jannuzzi (2016), de que, antes de acatar a pressões de movimentos ou mudanças desencadeadas por eleições de um novo dirigente executivo, é preciso se esforçar e se comprometer de forma decidida para implementar essas políticas de forma efetiva e melhor possível. Para isso, a produção de indicadores que retratam a complexidade das políticas e programas é um ponto crucial, pois é nesse sentido que as avaliações sistêmicas de programas sociais se tornam mais necessárias.

1.2 PRONATEC avanços e retrocessos

O PRONATEC favoreceu avanços na educação profissional em todos os Estados brasileiros, além de fortalecer os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados a partir de 2008, e as novas escolas técnicas federais, criadas de 2003 a 2010. Em 2012, a oferta de cursos profissionalizantes quase dobrou em relação a 2011. O crescimento, em maior parte, decorre da implementação da Bolsa-Formação trabalhador e estudante (CASSIOLATO; GARCIA, 2015).

Sobre a Bolsa-Formação foi instituía em 2011, consiste no pagamento de bolsas de estudo para as instituições de ensino participantes e recurso para custear as despesas relativas aos cursos, subsidiar gastos com assistência estudantil, relativas a transporte e alimentação.

A Bolsa-Formação atende estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda e estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.

Quanto a Bolsa-Formação Trabalhador é destinada aos estudantes de cursos de formação inicial e continuada (com o mínimo de 160 horas), já a Bolsa-Formação Estudante destina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio, ou seja, cursos técnicos.

Além do subprograma Bolsa-Formação, o PRONATEC abrange outros subprogramas: Brasil Profissionalizado, Rede e-Tec Brasil, Acordo Sistema S e Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPTC), no caso dos cursos técnicos; e Bolsa Formação e Acordo Sistema S para os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

Quanto a Rede e-Tec Brasil, foi criada em 2011, sendo em 2013 incorporada ao PRONATEC. O objetivo da Rede e-Tec Brasil foi oferecer educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, em regime de colaboração entre União, Distrito Federal, Estados, e municípios. O Brasil Profissionalizado busca o fortalecimento do ensino médio integrado à educação profissional nas redes estaduais de educação profissional.

O PRONATEC oferta cursos gratuitos, mas também conta com a estratégia de financiamento público de matrículas em instituições privadas: o Financiamento Estudantil Técnico e o Financiamento Estudantil Empresa. O Financiamento Estudantil Técnico é destinado a financiar cursos técnicos e cursos de FIC ou de qualificação profissional para estudantes e trabalhadores, em caráter individual. O Financiamento Estudantil Empresa é concedido a empresas para custeio da formação inicial e continuada ou qualificação profissional dos seus trabalhadores.

Em relação aos investimentos aplicados no PRONATEC, pode-se apontar que foram mais significativos de 2011 a 2015 (Tabela 1).

Tabela 1 – Investimentos no PRONATEC (2011 a 2015)

Inciativa	Investimentos no período
Bolsa-Formação	8.284.725.453,81
Expansão e reestruturação da rede federal	5.199.892.371,84
Rede e-Tec Brasil	556.567.615,83
Brasil Profissionalizado	1.049.931.687,80
Total	15.091.117.129,28

Fonte: Siafi Gerencial. Elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)/Ministério da Educação (MEC), 2016.

Em geral, a abrangência do PRONATEC não foi e nem é uniforme na malha nacional, apesar da interiorização os cursos concentraram nas Regiões Sudeste, Sul e no litoral da Região Nordeste, assim existe demanda por cursos em vários municípios independe da região geográfica. No entanto, para Feres (2015, p. 87): “O PRONATEC reuniu iniciativas preexistentes e criou novas, de forma a alcançar a oferta de 8,1 milhões de matrículas no período de 2011 a 2014, sendo 2,3 milhões em cursos técnicos e 5,8 milhões em qualificação profissional”.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 2, n. 2, mai./ago. 2020.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

A partir de 2015, a crise política e econômica inibiu o crescimento de novos cursos, assim como de oferta de trabalho para os concluintes dos cursos. No governo de Michel Temer (maio de 2016 a janeiro de 2019), foi instituída a Reforma do Ensino médio, por meio da Medida Provisória (MP 746/2016), tendo como uma das justificativas possibilitar a flexibilização do currículo, a partir da suposta escolha dos estudantes do seu itinerário acadêmico (frente às cinco áreas dos arranjos curriculares).

A Lei nº 13.415/2017, estabelece a separação por área de conhecimento, o que pode comprometer a formação integral dos estudantes, sobretudo na realidade brasileira em que a primeira etapa da educação básica é bastante deficitária. A própria Lei nº 13.415/2017, no seu artigo 4º, estabelece que a organização das áreas de conhecimento ficará a cargo de cada sistema de ensino, o que impossibilita o estudante escolher a área.

Também deve-se considerar que o congelamento dos recursos públicos, por meio da Emenda Constitucional 95 (15/12/2016), limitou por vinte anos os gastos públicos, ou seja, dificultará funcionamento de escolas em tempo integral e melhoria da qualidade do ensino médio e profissionalizante.

Na gestão de Jair Messias Bolsonaro (início em 2019), estabeleceu-se três modalidades do PRONATEC: a) Cursos Técnicos l, apresenta duração de no máximo 12 meses, restrito a estudantes que já concluíram o ensino médio; b) Cursos Técnicos ll, também deverá ter duração máxima de 12 meses, limitado aos estudantes que ainda estão concluindo o ensino médio; c) Formação Inicial e Continuada ou Bolsa-Formação, apenas para candidatos beneficiários dos programas sociais do governo e duração mínima de dois meses.

Também fazem parte das alterações, o lançamento do Programa Novos Caminhos, no final de 2019, esse difere do PRONATEC, pois tem por objetivo estimular o empreendedorismo e o ensino profissional e tecnológico no país. A SETEC, pretende firmar parceria com estados para incrementar as ações do Programa Novos Caminhos.

O Programa Novos Caminhos prevê ampliar as matrículas na rede estadual de educação profissional, capacitar professores e focar na vocação regional. A principal manifestação de cunho ideológico assenta-se no economicismo, a evidenciar o que aparece nos documentos e discursos oficiais da vinculação direta entre a política educacional e o desenvolvimento socioeconômico.

O MEC ofertou nos últimos meses de 2019, aproximadamente 14 mil vagas em cursos de Ensino a Distância (EAD) de qualificação profissional e técnicos. A capacitação, em conjunto com instituições públicas de ensino de todo o país, deve chegar a 31,7 mil vagas. A proposta do MEC é, até 2021, ofertar 78 mil vagas nas modalidades presencial e EAD, contudo paira incertezas, diante do cenário político e econômico do país. Em termos comparativos, o número de matrículas na educação profissional e técnica caiu de 1,7 milhão, em 2013, para 93 mil em 2019.

É fato que do período do auge do PRONATEC (2011 a 2015), para a conjuntura de 2020, ocorreu retrocesso tanto na oferta, como na procura, muitos jovens estão desestimulados a dedicar tempo aos estudos, outros necessitam buscar alternativas de sobreviver, assim não tem tempo para dedicar aos estudos. Também é fato que o cresce desemprego afeta a inserção de profissionais que foram qualificados pelo PRONATEC.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 2, n. 2, mai./ago. 2020.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

No entanto, a lógica de financiamento da educação profissional com a instituição do PRONATEC incorporou novas possibilidades de ampliar a educação profissionalizante e quando a economia retomar o crescimento o quantitativo de pessoas atendidas poderá expandir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PRONATEC se configura em um programa abrangente voltado para a educação profissionalizante, apesar de ter sido instituído somente em 2011, pode-se apontar que tem apresentado resultados positivos, com aumento do número de profissionais com ensino técnico no país.

O Programa apresenta contribuições importantes para a formação da educação profissionalizante e tecnológica. A Monitoria e Avaliação do PRONATEC é um sistema integrado de informações que favorece avaliação dos resultados, assim como a reconfiguração a partir das fragilidades identificadas.

Pode-se concluir, portanto, que o PRONATEC inovou a integração entre as ações de educação profissional e os principais atores responsáveis pela implementação da política pública. A interiorização da oferta de cursos técnicos e profissionalizantes amplia as possibilidades de muitas pessoas inserir no mundo do trabalho, logo na melhoria da condição socioeconômica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. **Indicadores de programas:** Guia Metodológico. Brasília: MP, 2010.

_____. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil:** Módulo Operacional 9 – Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Avaliação do PRONATEC:** aspectos relacionados à eficiência, eficácia e efetividade do programa entre 2011 e 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=22051-24092015-lancamento-estudos-PRONATEC-mds-pdf&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 16 nov. 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Estudo qualitativo com egressos e desistentes, representantes das unidades ofertantes e interlocutores municipais do PRONATEC-Brasil Sem Miséria (BSM)**. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/simulacao/sum_executivo/pg_principal.php?url=busca_por_id&id_sum=141. Acesso em 16 nov. 2017.

CASSIOLATO, M.; GARCIA, R. C. PRONATEC: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. In: CARDOSO JR., J.; CUNHA, A. S. (org.). **Planejamento e avaliação de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2015, p. 425-474.

DIÁLOGOS SETORIAIS. **Avaliação de políticas regionais**: experiências do Brasil e da União Europeia. Brasília / DF: União Europeia – Brasil / Ministério do Planejamento, 2012. Disponível em: https://docplayer.com.br/22112329-Estudo-comparativo-avaliacao-de-politicas-regionais-experiencias-do-brasil-e-da-uniao-europeia.html. Acesso em: 16 nov. 2017.

FERES, M. M. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). **Mapa da educação profissional e tecnológica**: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras. Brasília (DF): Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015.

FERREIRA, H. *et al.* **Como elaborar modelo lógico de programa**: um roteiro básico. Brasília: Ipea, 2007.

LOWI, T. J. **Arenas of Power. Ed. Normas K. Nicholson.** Boulder**:** Paradigm Publishers, 2009, 89p.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para avaliação sistêmica de programas sociais: o caso PRONATEC. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 624-661, set./dez. 2016. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/4168 . Acesso em: 08 de abril de 2020.

KAYANO, J.; CALDAS, E. L. Indicadores para o diálogo. In: CACCIA-BAVA, S. *et al.* (Org.). **Novos contornos da gestão local:** conceitos em construção – Polis: Programa Gestão Pública e Cidadania. São Paulo: FGV/EAESP, 2002, p. 291-308.

Recebido em: *15 de abril 2020*

Aceito em: *30 de julho 2020*